

Literatura: conhecimento e compromisso com a liberdade

Luiz Percival Leme Britto¹

Resumo

Esboço, neste ensaio, uma breve reflexão sobre os sentidos da literatura para a experiência existencial e a indagação do humano, de forma a recuperar o valor possível da formação do leitor. Para tanto, considerando as formas como se estabelecem as possibilidades da experiência estética em uma sociedade subordinada à ordem pragmática da produção e da competição, em que impera o fugaz e o trivial, estimulados pela indústria cultural, trato de estabelecer a diferença fundamental entre arte e entretenimento e, com base em Eco, Calvino, Sartre e Adorno, alguns poucos e fundamentais princípios de ação político-pedagógica de formação de leitor que rejeita e resiste tanto ao consumismo como ao conformismo.

Palavras-chave

Leitura; literatura; artes; experiência estética; formação do leitor.

Que milagre é o homem?

Que sonho, que sombra?

Mas existe o homem?

(Carlos Drummond de Andrade)

A realização da vida humana da civilização moderna se faz em movimentos financeiros gigantescos. As cidades reúnem milhões de

Abstract

In this essay, I sketch a brief reflection on the meanings of literature and to the existential experience of human inquiry, in order to recover the possible value of the training of the reader. Thus, considering the ways how to establish the possibilities of aesthetic experience in a society subject to the pragmatic order of production and competition, which prevails in the fleeting and trivial, stimulated by the culture industry, I intent to establishing the fundamental difference between art and entertainment and, based on Eco, Calvino, Sartre and Adorno, a few fundamental principles of action and political-pedagogical training of reader that rejects and resists both the consumer as to conformity.

Keywords

Reading; literature; arts; aesthetic experience; reader training.

anônimos e produzem e consomem energias extraordinárias. Massas cinzentas ou brilhantes recortam o céu e desenham identidades poderosas. Os poderes são inacessíveis, e seus agentes (os investidores) – ficções quase humanas capazes de sem alma manifestar estados de humor: alegria, euforia, otimismo, pânico, insegurança, desconfiança – decidem a vida e a morte de todos e de cada um – peões anônimos –, seus espaços e tempos, em números e cálculos de ganhos e perdas contábeis. Para além disso, fazem-se as guerras, as reuniões de cúpula, os tratados, os negócios. O capital, máquina voraz, não conhece nem considera a dor ou o gozo da gente que administra para seu exclusivo benefício. O mais é ideologia.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. E-mail: luis.britto@uniso.br

Que sentidos podem ter neste ambiente a individualidade, a identidade, os desejos? Pois que, paradoxalmente, num mar de anonimato, sobrevive (sobrepaura) o humano. É enorme a percepção da inutilidade, da impotência, da frustração. Homens e mulheres, como podem e com o que conseguem saber e formular de vida, buscam ser, ser algo que é maior que a sobrevivência animal, ainda que muitas vezes seja a única coisa real.

A dificuldade de viver a humanidade que se manifesta em cada um de nós e, assim, sentir razão de ser, está, para além da exploração material, nas formas como se realiza a cultura. “A cultura de massa em sistema de economia concentrada é idêntica. [...] A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se autoaliena”, escreveram Adorno e Horkheimer (2002, p. 8-9), há sessenta anos, num momento em que se delineavam as novas formas de dominação capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, em seu conhecido trabalho sobre a indústria cultural.

Entusiasmados com o desejo de vida e de formação, investimos os educadores em ações que cremos civilizadoras, entendendo por isso o investimento humano – material e subjetivo – capaz de produzir uma ordem regida pela ética, pelo bem-estar e pela solidariedade. Indagamos as formas de comportamento e de organização social, buscamos lemas e ideais que elevem a condição humana a outro patamar de existência. Defendemos a utilização apropriada do ambiente, a construção de lugares em que prevaleça a criação e o equilíbrio.

Mas são movimentos contraditórios, impregnados de contravalores que se firmaram como verdades incontestes. E, talvez, um dos valores mais expressivos de nosso tempo – a subjetividade inerente a cada um e a afirmação consequente da individualidade – é uma das questões mais difíceis de lidar e compreender. E isso porque a forma como se manifesta esse valor na sociedade alienada é a de que cada indivíduo é um centro de gravidade próprio, de tal forma que suas ações devem ser conduzidas em função de seus interesses imediatos e sua felicidade decorrerá de sua capacidade de competir, de ser melhor que os demais e de alcançar o sucesso e o prazer, sempre. A vida se explicaria, nessa ótica perversa, por dois motes: sucesso e prazer.

Esta visão distorcida de humanidade encontra respaldo na naturalização da ideia de que a competitividade é inerente ao ser humano e que a felicidade se resume ao prazer hedonista, numa banalização estúpida e oportunista das grandes descobertas da psicanálise. Novamente citando Adorno e Horkheimer: “todos podem ser como a sociedade onipotente, todos podem ser felizes, conquanto se entreguem sem reservas, e renunciem à sua pretensão de felicidade.” (2002, p. 54). Atente-se para o paradoxo dessa equação: a promessa de felicidade na sociedade de massas alienada se constitui na renúncia da felicidade; e, mais, a individualidade – que seria a forma maior da subjetivação humana – se constitui numa pseudoindividualidade: “o individual se reduz à capacidade que tem o universal de assinalar o acidental com uma marca tão indelével a ponto de torná-lo de imediato identificável.” (p. 56).

Nessa direção, toda a educação, toda a ciência e toda a produção de arte, mesmo sendo fruto do esforço humano de transcender-se e compreender-se, ficam subsumidas a um princípio de negação da humanidade.

Chama-me a atenção, quando se quer estimular alguém a estudar ou ler ou, mais genericamente, promover a cultura como uma produção humana positiva e carregada de valores éticos, o destaque daquilo que se pode ganhar estudando ou lendo ou fruindo um objeto cultural (seja um livro, uma exposição de arte ou um filme). Desde logo, começa-se a reforçar em que a vida da pessoa se resolveria ou, então, o quanto ela se tornará mais capaz, mais competente ou, ainda, o quanto de prazer encontrará nesse movimento. Aparentemente com a intenção de conquistar o interesse das pessoas, há um evidente traço utilitarista, pela afirmação do argumento de ganho pessoal e de melhor posicionamento na luta pelo sucesso e pelo bem-estar. Tal linha de raciocínio, às vezes ingenuamente, crê necessário reforçar o que há de mais medíocre e mais egoísta na sociedade para alcançar o convencimento. Olvidando-se as razões mais profundas de aprender, indagar e produzir, reforça-se a ordem desumanizadora administrada pelo capital.

Vejamos o exemplo de como se conduzem as políticas de educação: trata-se, acima de tudo, de um discurso de promoção do desenvolvimento social que se faria pela conformação das massas e de cada

pessoa a uma ordem de funcionamento do sistema em que todos e cada um dispõem de um conjunto de saberes operacionais (entre os quais certamente se inclui certa capacidade de ler e de escrever) que as habilitaria a participar competitivamente do *mercado* (que, ao lado de *investidor*, é uma palavra opaca cuja razão é fazer parecer natural o que não é), disputando postos de trabalho, produzindo e consumindo “responsavelmente”, incorporando e reverberando as “verdades naturais” de uma sociedade pretensamente livre. Por isso, são necessárias matrizes de competências mensuráveis, qualificáveis e comparáveis; por isso, o saber torna-se anódino, técnico, operacional. A caricatura maior se exhibe em programas de TV que põem em disputa saberes picados do mundo, informações de almanaque. Enquanto isso, nos laboratórios e escritórios, os administradores fazem tabelas, definem índices, estabelecem metas e produzem *rankings* de eficiência. A dose de cultura e de humanismo que eventualmente se agregaria a esse modelo apenas vem tornar mais eficiente a ideologia da adaptação e do conformismo. E, dolorosamente, os educadores, mesmo quando reconhecem a perversidade do sistema, não têm força para, individualmente, confrontar a ordenação.

A arte, por sua vez, vincula-se definitivamente ao *tempo livre*, interpretado na ordem da sociedade totalitária como o momento em que as pessoas se desocupam das obrigações do trabalho e da responsabilidade social e podem ocupar-se com o não pensar e esquecer as agruras da vida. A arte suave e alegre faz parte dos lazeres modernos. É certo que, na civilização ocidental, coube às artes, desde sempre, as tarefas de divertir e instruir e, acima de tudo, indagar de forma reveladora e profunda as forças mais íntimas e produtivas da própria existência, ainda que, quando muito, desenhando-as apenas, sem ser capaz de resolver nossos dilemas. Mas, em nenhum outro momento da história humana, em nenhuma civilização, essa tendência entorpecente se evidenciou de maneira tão extremada.

O estímulo à “fantasia” (controlada e padronizada, em que aparecem pseudonovidades sempre realizadas nos mesmos esquemas de produção e consumo), espelhando o universo conceitual e valorativo de um senso comum constituído pelos próprios meios de comunicação de massa, não exige senão referenciais adquiridos na experiência imediata. Do ponto de vista intelectual, os objetos que se apresentam

para a fruição do sujeito (novelas ligeiras, narrativas de aventura, suspense, amor etc., músicas eletrizantes, comédias banais que fazem rir pelo ridículo) têm esquemas de interpretação próximos dos modos de ser do cotidiano, de maneira que não exigem mais que o domínio do código e a ação mecânica de decodificação, adquiridos pelo uso e pela repetição. Desse modo, essa experiência não se diferencia de outras formas de entretenimento da cultura de massa, tais como a cobertura de uma festa de casamento de princesa ou de uma grande final de copa do mundo.

A indústria cultural pode se vangloriar de haver atuado com energia e de ter erigido em princípio a transposição – tantas vezes grosseira – da arte para a esfera do consumo, de haver liberado a *diversão* de sua ingenuidade desagradável e de haver melhorado a confecção das mercadorias. [...] Seu triunfo é duplo: aquilo que expela para fora como se fora verdade pode reproduzir em si como mentira. A arte “leve” como tal, não é uma forma mórbida e degenerada. [...] A arte “leve” acompanhou a arte autônoma como uma sombra. Ela representa a má consciência social da arte séria. (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p. 28-29).

Estamos, portanto, no reino absoluto da ideologia. A imersão no cotidiano alienado manifesta-se, no mundo possuído e administrado pelo capital, como condição de prevalência do poder. É preciso que se acredite intensamente que as coisas são como são e devem continuar a ser desse modo, que esse é o destino natural da humanidade e de cada pessoa: a cada um resta fazer o melhor para viver bem nesta ordem.

Ao reproduzir mecanicamente as determinações da indústria cultural e das políticas de educação confortadoras e ao acreditar que se formar e encontrar na arte sabedorias instrutivas para a boa vida e formas de lazer saudável, a pessoa nada mais faz que se manter submersa ao universo alienado do senso comum sistematicamente reproduzido e sofisticado pelos administradores. Isso se ajusta à dinâmica de um sistema regido pela competitividade desumana em que impera o *agir certo*. Um certo absoluto, sem história e autoria, sustentado pelo princípio de que importa dominar a técnica e cumprir o que se determina em outra instância, intangível, inominável.

Devo reconhecer que esta é uma visada parcial e que há mais questões a serem consideradas, em especial quando nos propomos a pensar a vida, quando nos dispomos a indagar o humano e a considerar a arte como parte dele. Felizmente, a história e o mundo que se produz por ela são complexos e paradoxais, de forma que encontramos, ainda que diminutas, possibilidades de afirmação de outros valores. Mas, advirto que, se tinjo de tintas negras o panorama em que me disponho a refletir sobre a função da literatura e de sua promoção (bem como da educação), não foi para aumentar o desafio, mas porque não será com ingênuo otimismo que exerceremos resistência, talvez o único gesto possível (e digno) deste momento histórico.

Pois bem, vamos à literatura, buscando investigar suas implicações com o conhecimento e com o compromisso com liberdade.

Ítalo Calvino, ao indagar sobre os sentidos da literatura num mundo em que a subjetividade tinha seu espaço cada vez mais reduzido e invadido por turbilhão de imagens confusas e desorganizadoras, sustentava que

a literatura jamais teria existido se uma boa parte dos seres humanos não fosse inclinada a uma forte introversão, a um descontentamento com o mundo tal como ele é, a um esquecer-se das horas e dos dias fixando o olhar sobre a imobilidade das palavras mudas. (CALVINO, 1993, p. 65).

Há neste seu movimento um aparente paradoxo: a introversão surge como uma espécie de escapismo, de recusa de enfrentamento do real, de falta de perspectiva e, portanto, de submissão. Haveria de se fazer um movimento contrário, de expansão da subjetividade de afirmação negativa do mundo opressor. Contudo, numa sociedade que prima pelo fugaz, a possibilidade da experiência íntima, sem tempo, é por si só uma forma de resistência. Já não lemos para nos refugiarmos do mundo, mas para nos indignarmos, nos revoltarmos com a ausência de reflexão. “Meu mal-estar advém da perda de forma que constato na vida, à qual procuro opor a única defesa que consigo imaginar: uma ideia de literatura.” (CALVINO, 1993, p. 73). E, por suas características, a palavra escrita oferece um tempo infinito, em que o leitor pode ter pleno controle de si e sentir o silêncio necessário para considerar seu descontentamento. Isso não é evasão, é introspec-

ção necessária e produtiva: “na vida prática, o tempo é uma riqueza de que somos avaros; na literatura, o tempo é uma riqueza de que se pode dispor com prodigalidade e indiferença.” (CALVINO, 1993, p. 59).

Nessa experiência de voltar para dentro de nós, proporcionada por uma ideia de literatura, podemos vivenciar uma dimensão de prazer que já não se confunde com aquele que oferece o entretenimento, porque, neste caso, não se trata de esquecer, mas de conhecer e lembrar. Na lógica da existência moderna, o tempo do entretenimento é o tempo do consumo ligeiro, um tempo em que ficamos “irresponsáveis” (até que termine e, aliviados, retomamos nossas obrigações). Tempo de distração, de evasão e gozo imediatos. Há, portanto, um conflito indissolúvel entre a literatura que se frui para indagar, conhecer a vida, e a literatura que se consome para o simples entretenimento, sem compromisso existencial, em que se busca a satisfação ligeira e, em última análise, o esquecimento: “O divertimento promove a resignação que nele se procura esquecer. A diversão, totalmente desenfreada, não seria apenas a antítese da arte, mas também o extremo que a toca.” (ADORNO; HORKHEIMER, 2002, p. 38).

Não se trata, evidentemente, de negar que a literatura entretém, diverte, instrui, promove a cultura. São, por assim dizer, obviedades. Trata-se de reconhecer que limitada a essas tarefas, ela deixa de ter sentido. Umberto Eco, em um ensaio em que examina certas formas contemporâneas de produções narrativas abertas e sem enredo definido (tais quais essas produções coletivas que se realizam pela internet), chama a atenção para o fato de que:

Há uma perigosa heresia crítica, típica dos dias de hoje, segundo a qual é possível fazer qualquer coisa com uma obra literária. Não é verdade. As obras literárias convidam à liberdade de interpretação porque propõem um discurso com muitos planos de leitura, defrontando-nos com a ambigüidade da linguagem e da vida. Mas, para poder intervir nesse jogo, em que cada geração lê as obras literárias de um modo diferente, é preciso ter profundo respeito por aquilo que chamo a intenção do texto. (ECO, 2001, p. 2).

Analizando algumas das grandes produções literárias do Ocidente, o ensaísta italiano, após destacar a essência do enredo e as de-

corrências necessárias de certos acontecimentos, relaciona essa situação com o próprio destino humano, advertindo-nos:

É isso o que dizem todas as grandes histórias, sendo possível, em todo caso, substituir Deus pelo destino ou pelas leis inexoráveis da vida. A função das narrativas imodificáveis é justamente essa: contrariando nosso desejo de mudar o destino, nos fazem experimentar a impossibilidade de mudá-lo. E assim, que seja a história que elas contem, contarão também a nossa, e é por isso que as lemos e as amamos. Precisamos de sua severa lição “repressiva.” (ECO, 2001, p. 3).

O que o autor põe em relevo com esse argumento é a razão mesma da literatura para a humanidade. Ele tem plena consciência de que ela se presta para muitas coisas (aliás, começa seu ensaio enumerando várias das contribuições da literatura para a vida social), mas, no momento em que escrevia, preferiu esquecê-las e reconhecer o que há de mais doloroso, significativo em nossa existência: o conhecimento da vida – o que inevitavelmente implica o reconhecimento da morte. Daí a severa lição repressiva que a literatura representa. Não por outra razão o autor conclui seu ensaio lembrando que “*a educação para o fado e para a morte é uma das principais funções da literatura.*” (ECO, 2001, p. 3, grifo meu).

Também Sartre, numa perspectiva distinta, mas igualmente comprometida com o fazer literário, refletindo sobre o que é literatura, assume que a finalidade última da arte é “recuperar este mundo, mostrando tal como é, mas como se tivesse origem na liberdade humana”. Mas a palavra liberdade contaminou-se de um equívoco pseudoindividual e de uma subjetividade que é expressão de alienação. Para a ideologia dominante, liberdade confunde-se com fazer o que se quer, realizar vontades e desejos, pensar o que se pensa, sem indagar as próprias origens e motivos do pensamento. A liberdade assim compreendida seria um atributo original da existência, universal e imutável. Sartre, contudo, observa que:

Escritura e leitura são as duas faces de um mesmo fato histórico, e a liberdade à qual o escritor nos incita não é uma pura consciência abstrata de ser livre. A liberdade não é, propriamente falando; ela se conquista numa

situação histórica; cada livro propõe uma libertação concreta a partir de uma alienação particular (SARTRE, 2003, p. 57).

Trata-se, portanto, de um fato histórico e, conseqüentemente, de um produto concreto, aberto e em constante transformação, fruto da vida objetiva e em constante tensão produzida pelos seres humanos e formadora de sua consciência. Por isso, “escrever é ao mesmo tempo desvendar o mundo e propô-lo como uma tarefa à generosidade do leitor.” (SARTRE, 2003, p. 49). Generosidade esta que significa ser um leitor que, comprometendo-se com a obra, toma-a como indagação da vida, como busca de liberdade. Por isso, “o mau romance é aquele que visa agradar, adulando, enquanto o bom é uma exigência e um ato de fé.” (p. 51).

A liberdade – da pessoa, do leitor –, destituída do engodo ideológico do individualismo subjetivista e dos apelos ao conformismo consumista, é puro comprometimento: “O escritor decide apelar para a liberdade dos outros homens para que, através das implicações recíprocas das suas exigências, eles reapropriem a totalidade do ser para o homem e fechem a humanidade sobre o universo.” (SARTRE, 2003, p. 47).

Ao compreender a literatura dessa maneira, damos-lhe, além da dimensão estética, uma dimensão ética (ética não como respeito a regras, mas sim como princípio histórico de realização da vida e da produção material que a torna mais possível), uma dimensão de pensar e de construir a condição do humano. Isso porque, seguindo o mesmo diapasão analítico de Calvino, Eco e Sartre, assume-se que a dimensão ética da leitura literária representa a possibilidade “de descoberta e de renovação de nossa experiência intelectual e moral, de adestramento reflexivo, de um exercício de conhecimento do mundo, de nós mesmos e dos outros.” (NUNES, 1996, p. 3).

Agora, admitindo que a literatura compreende uma dimensão ética, dimensão pela qual autor e leitor se comprometem com a realização da liberdade, podemos assumir que fazer literatura, ou ler nessa condição, é uma ação essencialmente ético-política, no sentido de que é uma maneira de construir a condição da possibilidade humana. Podemos, ainda, lembrar Aristóteles, para quem a maior de todas as artes é a política. A política é, para esse filósofo, a arte de tor-

nar a vida possível. A ideia aristotélica faz ver a política não como a mesquinha da disputa, mas como a grandeza da ação social, de construção do espaço da possibilidade humana. Nessa direção, seguindo Antonio Candido, há que assumir a literatura como um direito, já que “numa sociedade justa o respeito aos direitos humanos, e fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.” (CANDIDO, 2004, p. 191).

Não poderia me furtar a tentar pensar o argumento exposto com base na análise de um poema. É o que faço agora.

CIÊNCIA

Começo a ver no escuro
um novo tom
de escuro.

Começo a ver o visto
e me incluo
no muro.

Começo a distinguir
um sonilho, se tanto,
de ruga.

E a esmerilhar a graça
da vida, em sua
fuga.

(ANDRADE, 2002, p. 427)

O poema, compacto, está fechado. O título – “Ciência” – sugere uma forma de conhecimento, uma certa sabedoria exclusiva do ser humano. Mas que é esse conhecimento? De onde vem e a que leva?

O poeta se percebe no escuro, sinal de ignorância. Não há forma, não há caminho, a vida é mínima. E o escuro parece ser tam-

bém um sinal de abandono, de uma vida sem razão. Mas eis que ele vê no escuro, e descobre um novo tom de escuro. Há escuros, portanto; e há nuances de vida que se pode aprender mesmo numa situação de desesperança: elabora-se um novo saber de si e do lugar em que se está.

Esse novo conhecimento é a percepção do que não se podia saber: o já visto, a experiência anterior é revisitada e, quiçá, compreendida. Mas essa percepção não conduz à luz, antes constitui outra impossibilidade: o muro fecha as saídas, impede o caminho (se há caminho).

Na terceira estrofe introduz-se um novo elemento: havia, além da escuridão, o silêncio (que ao lado do escuro e do muro sugere a ausência de vida). Mas o sonilho (som suave), canto delicado, quase imperceptível, oferece a percepção do tempo marcado na carne, no corpo: a ruga é sinal de vida vivida e, também, de maturidade.

Eis que no escuro, preso ao muro, percebendo tênues sinais de movimento (sonilho), o poeta encontra a graça (dádiva; que não tem valor a ser atribuído) da vida, e encontra-a de um modo agudo, porque, mais que simplesmente reconhecê-la, ele a elabora (esmerilhar é polir, tornar perfeito, investigar), realiza-a. A força dessa palavra (graça) se realça quando se percebe que entre tantos vocábulos fechados (escuro muro, incluo, ruga, tanto...) é a única aberta, clara, oferecendo luz ao poema. Mas essa luz é um ponto de afastamento que imediatamente se fecha em fuga (outro vocábulo fechado). O objeto que o poeta tem diante de si lhe escapa inevitavelmente tão logo realizado. Esta a grande ciência: o mistério, a dor e a beleza da vida precária.

Trata-se de um poema que nos põe diante da dor e do espanto da vida e do reconhecimento de que ela nos escapa inexoravelmente. Ele reafirma a lição de que falava Umberto Eco: ela, realçando a beleza delicada da vida (graça), nos faz imediatamente reconhecer que não a teremos senão em fuga.

Penso que, a partir do arrazoado apresentado, podemos assumir alguns poucos e fundamentais princípios de ação político-pedagógica de formação do leitor que rejeita e resiste tanto ao consumismo como ao conformismo e que, reconhecendo as enormes dificuldades de ação numa sociedade opressora e totalitária (mesmo quando se percebem laivos de liberdade), teima em fazer arte.

- A grande arte é expressão de um desejo de construir mundos, vidas. Nesse processo, ela implica o gesto de voltar-se para dentro de si e indagar a condição humana. A arte é, nesse sentido, contemplação / indagação da vida e opõe-se ao entretenimento. O entretenimento promove o esquecimento, o apagamento, a evasão; faz esquecer a morte. A arte, pelo belo, faz lembrar a morte e a precariedade da vida.
- O objeto *Arte* na sociedade capitalista é, a um só tempo, expressão de cultura e objeto de consumo. Sua transformação em mercadoria faz com que as condições de mercadoria imponham certas marcas e certos usos a esse objeto. Isso vale tanto para alguém que compra um quadro que combine com a pintura da sala como para objetos de arte transformados em brinquedos ou entretenimento. Nessas condições, as dimensões ética e estética, fundamentais da experiência da condição humana, ficam, se não apagadas, pelo menos diminuídas.
- A função da promoção da leitura (literária), tanto no âmbito da educação escolar como de movimentos culturais mais amplos, é promover o senso crítico, os conhecimentos que ultrapassam a vida cotidiana e as indagações da condição da existência; não é desenvolver o “gosto pela leitura” ou o “prazer”, ainda que possa desenvolvê-los.
- A criação, não importa se no ato produtor de um objeto ou em sua fruição, implica o conhecimento. Não se cria no vazio nem em razão de uma intuição espontânea. O leitor maduro encontra satisfação e realização no exercício intelectual e na ação disciplinada. Nesse caso, o prazer estético não se confunde com entretenimento ou lazer, é fruto do trabalho.
- O gosto não é natural, espontâneo ou fruto da simples vontade. A formação do gosto se relaciona com as experiências culturais e intelectuais, com a inserção da pessoa num universo de relações complexas.
- A leitura (literária) exige comprometimento, rigor e perseverança. Sua experiência é, muitas vezes, penosa e se distingue de atividades meramente lúdicas (ainda que o possa ser) e de processamento automático do entretenimento (o que já não pode ser). São estes rigor e comprometimento que construirão as condições de liberdade de leitura e do leitor.
- Porque queremos valorizar a literatura como valor e possibilidade de realização da liberdade e do autoconhecimento, temos de abandonar visões ingênuas de arte e leitor, fortemente ideológicas, e investir no conhecimento intenso do objeto literário, bem como no direito à literatura.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Seleção de texto de Jorge M. B. Almeida.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Ciência. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *A vida passada a limpo / Poesia completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2002. p. 427.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. A literatura como direito. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- ECO, Umberto. A literatura contra o efêmero. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 2001.
- NUNES, Benedito. Ética e leitura. *Leitura: Teoria & Prática*, ano 15, n. 27, p. 3-9, jun. 1996.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 2003.

Recebido em abril de 2009 e aceito em junho de 2009.